

Cadernos Teologia Pública



A Igreja e a união de pessoas do mesmo sexo: O *Responsum* e a possibilidade de novas abordagens

Andrea Grillo

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVII • número 154 • volume 18 • 2021

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

A Igreja e a união de pessoas do mesmo sexo: O *Responsum* e a possibilidade de novas abordagens

Prof. Dr. Andrea Grillo

Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua,
e professor do Pontifício Ateneu Sant'Anselmo - Itália

Tradução: Luisa Rabolini e Moisés Sbardelotto

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Diretor Adjunto: *Lucas Henrique da Luz*

Gerente administrativo: *Nestor Pilz*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 18 – Nº 154 – 2021

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Tradução: Luísa Rabolini e Moisés Sbardelotto

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A Congregação para a Doutrina da Fé - CDF publicou em março de 2021 sua resposta à pergunta da Conferência Episcopal Alemã sobre a possibilidade de abençoar as uniões civis de pessoas do mesmo sexo, com o documento Responsum. A resposta negativa da CDF quanto a esta possibilidade é analisada a seguir em três níveis. Em primeiro lugar, é feita uma avaliação do texto como tal, isto é, o seu alcance e significado (Parte I). Em seguida, é considerada a relevância "sistemática" desse pronunciamento e da questão que ele tenta resolver (Parte II). Por fim, é apresentada uma consideração mais ampla da questão não só da "homossexualidade", mas da "sexualidade" tout court, quase como um novo "caso Galileu" (Parte III). Cada um dos três níveis constitui uma extensão do anterior, como em um jogo de "matriosca": do menor ao maior.

Parte I

Bênção e poder: uma confusão ilícita

Andrea Grillo

Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua,
e professor do Pontifício Ateneu Sant'Anselmo - Itália

O que aparece no responsum sobre a bênção aos casais homossexuais é um “dispositivo de bloqueio”: a tradição permanece fechada e só pode ser conservada em um museu. A realidade que muda não tem poder algum para modificar as noções e os procedimentos adquiridos.

A opinião é de **Andrea Grillo**, teólogo leigo italiano e professor do **Pontifício Ateneu Santo Anselmo**, em artigo publicado¹ por **Come Se Non**, 15-03-2021. A tradução é de **Moisés Sbardelotto**.

¹ Artigo publicado no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 16 de março de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3gHhIG6>

Eis o texto.

Um responsum é um ato clássico de uma Congregação. Só compromete quem o assina. Pode pedir todas as bênçãos e as intercessões do caso, mas continua sendo apenas a resposta a uma pergunta.

O responsum dessa segunda-feira, 15 de março de 2021, que pode ser lido aqui na íntegra, é suscitado por esta pergunta: “A Igreja dispõe do poder de abençoar as uniões de pessoas do mesmo sexo?”, e a resposta diz “não”.

Os resposta também podem encerrar aí. Pergunta e resposta telegráficas. Às vezes, eles têm uma parte de motivação, que, neste caso, se articula em diversos níveis. Em cada um desses níveis, pode-se notar a utilização de uma série de categorias, de noções e de referências que permanecem muito aquém daquilo que é perguntado.

Acima de tudo porque a Congregação parece ser vítima da pergunta que lhe é feita. É bastante surpreendente que um escritório que segue a tradição de um Mestre de “respostas surpreendentes” e de “perspectivas inesperadas” permaneça tão bloqueado e quase vinculado por uma pergunta enganosa. Porque a primeira coisa que deveria ter sido respondida, perante tal pergunta, é

que ela foi mal feita. Porque é uma pergunta sobre o “poder”, mas pretende falar de “bênção”, que é um ato de reconhecimento, não de poder.

Aqui, acredito eu, um pouquinho de trabalho sistemático deveria ter sugerido aos escritores do texto que saíssem de uma perspectiva estreita demais: poderes para conceder bênçãos, poderes para aplicar missas, poderes para perdoar penas são uma linguagem muito condicionada e muito provinciana. Esse modo de falar da “esfera litúrgico-sacramental” é demasiadamente marcado, histórica e burocraticamente, por preocupações de “controle” e não consegue entrar realmente na pergunta, que, apesar da sua formulação tendenciosa, poderia ter recebido uma resposta mais alta.

Mas há um segundo ponto em que a pergunta é unilateral. Porque dá a entender que há uma “pergunta de poder maior” – pergunta que vem da experiência eclesial – à qual a instituição pode responder com um ato de soberana renúncia. Dizendo: “Não, não temos o poder”.

Esse é um sistema refinado, um dispositivo sutil, muito útil para subverter a realidade: uma Igreja que não consegue “sair de si”, “entrar no real”, para manter todo o poder, exatamente como o fez até ontem, lê tudo aquilo que lhe pediria um suplemento de intelecto e de coração

como objeto proibido, por causa de uma “ausência de poder”.

O que aparece aqui, de uma forma extremamente clara, é um “dispositivo de bloqueio”: a tradição permanece fechada e só pode ser conservada em um museu. A realidade que muda não tem poder algum para modificar as noções e os procedimentos adquiridos.

A formulação da resposta, dominada por uma pergunta distorcida, acaba nos “baixios” de uma sistemática ainda mais distorcida do que a pergunta. As passagens são claras: não se pode abençoar uma relação que é “objetivamente desordenada”. O fato de se ler a “relação homossexual” como “desordem” é o recurso catequético de quem quer manter a escritaninha em ordem, não muito mais do que isso. Mas, para mudar de perspectiva, não é preciso inventar uma nova Igreja: basta atualizar a biblioteca da Congregação.

Limite-me aqui a recordar apenas três distinções que a Igreja já elaborou há muito tempo e que parecem não ser conhecidas dos redatores do responsum:

a) é verdade que os sacramentais, assim como a bênção, têm uma certa “analogia” com os sacramentos, mas, se forem interpretados como um “ato eficaz” mais

do que como um “rito eclesial de valorização do bem”, podem induzir a pedir “condições” muito semelhantes à “comunhão eclesial”. A bênção não é um sacramento, porque não pede nada aos sujeitos, nem mesmo o batismo. Diz o bem e reconhece o bem que existe. Se a analogia com os sacramentos for levada a ponto de pedir, para uma bênção da relação, as condições de uma “bênção nupcial”, isso se torna um erro sistemático pelo qual se paga caro, porque causa um maximalismo de abordagem insuperável. Teria sido muito mais cavalheiresco e sábio insistir na diferença entre bênção e bênção nupcial. Mas as distinções não parecem ser um terreno sobre qual a Congregação está interessada a ensinar alguma coisa.

b) o fato de as condições da bênção de uma “relação de casal” se referirem à “condição matrimonial” – e portanto descubram o pecado em toda relação externa ao matrimônio – torna inutilizável, de fato, a bênção como instrumento de “ponte” entre o coração da Igreja e a sua periferia. Mas as bênções são precisamente isso, ou seja, a linguagem mais elementar com que a tradição fala radicalmente a todos: aos navios e aos canhões, aos estúbulos e aos céus, aos casais e aos indivíduos, de todos os modos nos quais estes podem ser “capazes de bem”.

Não transformar toda a experiência eclesial no “coração eucarístico” da Igreja, que obviamente tem as suas bravas exigências, é outra distinção que teria sido útil, mas ficou esquecida.

c) a ideia de que, ao abençoar uma relação, a Igreja realiza um ato de “reconhecimento oficial” da sua bondade no plano público torna o responsum incapaz de permanecer fiel, precisamente no plano sistemático, à questão em jogo. Ou seja, se realmente, mesmo ao abençoar, a Igreja pode sair daquela atitude que a *Amoris laetitia* define como “mesquinha” (AL 303). Ou seja, a pretensão de que haja uma “objetividade institucional” que subtrai da Igreja todo poder pastoral. Primeiro a “irregularidade dos concubinos”, depois a dos “divorciados recasados”, agora a dos “casais homossexuais”: se tudo for abordado com a ânsia de uma lei pedagógica que tudo assume e controla, a Igreja não poderá sair de uma

posição de “superoficial público”. Só mudando de perspectiva é possível ler de outra forma a realidade de todos os casais. Porque “família” não é apenas uma questão de “lícito/ilícito”, mas também uma condição de fato e um dom imerecido. Por isso, aquilo que os oficiais públicos consideram ilegal pode se tornar nutritivo e luminoso não só para os sujeitos que o pedem, mas também para a Igreja que os acompanha. Contanto que não haja mais apenas uma Igreja na qual os ministros se resignem a ser simples funcionários, sem ter mais nenhuma capacidade de profecia e com um discernimento reduzido à escrúpulosa aplicação de um código.

Uma pergunta mal feita teria sido a oportunidade para oferecer pelo menos algumas distinções fecundas. A única distinção que aparece, em vez disso, é a costumeira consolação “espiritual” em um ato “institucional”. Ninguém é discriminado – ai de se pensar nisso –, mas todos são reduzidos à impotência. A vida está em outro lugar.

Parte II
O que é um problema sistemático?
Casais homossexuais e pedagogia da lei

Andrea Grillo

Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua,
e professor do Pontifício Ateneu Sant'Anselmo – Itália

“O que no responsum mais chama atenção é precisamente o fato de que, devido a uma sistemática teológica e a uma sistemática jurídica velha de mais de um século, o texto da Congregação erra o objeto da discussão. Ou seja, não consegue se apropriar da questão e a resolve referindo-se a conceitos e normas que a desfiguram. Aqui há trabalho para teólogos que queiram servir a Igreja, e ajudá-la a reconhecer os caminhos fechados e a traçar novos percursos para sair da mata, numa passagem muito complexa, mas por isso mesmo, totalmente maravilhosa”, escreve **Andrea Grillo**, teólogo leigo italiano e professor do **Pontifício Ateneu Santo Anselmo**, em artigo publicado² por **Come Se Non**, 16-03-2021. A tradução é de **Luisa Rabolini**.

² Artigo publicado no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 17 de março de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xNszVF>

Eis o artigo.

Desde as primeiras reações de ontem ao responsum da Congregação para a Doutrina da Fé sobre o caráter ilícito da bênção dos casais homossexuais, destaquei o “defeito sistemático” do pronunciamento, hoje gostaria de esclarecer melhor do que estamos falando quando usamos o adjetivo “sistemático” em um discurso teológico. Às vezes, as palavras “difíceis” são usadas apenas para lançar fumaça nos olhos de quem vê e atordoar os ouvidos de quem ouve. Mas como a questão sistemática é, em minha opinião, decisiva para entender o caso concreto, vou tentar esclarecer em que sentido o perfil sistemático merece atenção.

Se o sal perder o sabor...

Vamos começar pelo sal. Sim, o sal. Na cozinha tem o seu lugar entre os temperos e deve ser colocado num local de fácil acesso, para ser facilmente encontrado. Mas quando usamos o sal, o que pensamos? Com que “propósito” usamos o sal? Os propósitos são mais do que um:

- dar sabor aos pratos
- não engordar demais
- proteger a saúde do coração

Um problema “sistemático”, no uso do sal, é como combinar esses três propósitos, que podem ter soluções muito diferentes. O prazer da mesa, a forma atlética ou a saúde de ferro são ideais que criam, como se sabe, conflitos bem significativos. O sal entra “sistematicamente” na nossa vida, se assumirmos conscientemente todos estes “propósitos” e gerimos com sabedoria e equilíbrio os conflitos entre o prazer da gula, a beleza da forma e a saúde do corpo.

Grandes sistemas teológicos

O mesmo mecanismo também opera na vida cristã e na teologia. Obviamente, os sistemas com os quais “resolvemos os conflitos” são diferentes e mudam historicamente. Estudar os grandes sistemas que a história nos oferece é sempre instrutivo, mesmo quando não podemos mais compartilhá-los. Aliás, eu gostaria de dizer que aprendemos um saber sistemático, principalmente de

sistemas que não são mais os nossos. Ler com interesse o “De ecclesiasticis officiis” de Isidoro de Sevilha, um dos primeiros “sistemas” sobre a liturgia cristã, é muito útil para compreender como “se arranjavam” as coisas no século VII, com tantas luzes e tantas sombras. O mesmo é verdade para o sistema com o qual Santo Tomás de Aquino organiza o saber teológico como um todo. Enquanto isso, é sempre útil lembrar que Santo Tomás tem mais de um sistema. Na *Summa Theologiae* e na *Summa Contra Gentiles* existem organizações do material da tradição operadas de acordo com lógicas muito diferentes e com objetivos diferenciados. Mas aqui estou interessado em entender, especificamente, como Tomás usa o material da tradição para resolver uma questão concreta.

O sistema dos impedimentos ao ministério

Por exemplo, como Tomás considera o “sexo feminino” no campo do ministério eclesial? Tomás usa a referência ao “sexo feminino” como o primeiro “item” na lista de impedimentos à ordenação. Para Tomás, que aqui exprime uma visão cultural e social muito clara, o sexo feminino é colocado em “primeira posição” numa lista

que não pode deixar de provocar curiosidade, quase 800 anos depois: ser mulher, ser incapaz, ser escravo, ser culpado de graves delitos, ser filho natural e ser portador de deficiência. Essas condições são “sem poder” - seja por necessidade “natural” ou por contingência histórica - e, portanto, não podem ser investidas de papéis de poder, nem mesmo na Igreja.

Essa compreensão sistemática, como é evidente, não tem uma origem “teológica”, mas sim “cultural” e “sociológica”. Não tem nada “revelado”, mas é um instrumento para a resolução de conflitos. Ao fazer isso, no entanto, assume como normativo o que hoje em grande parte não podemos mais aceitar. Hoje estamos projetando “cidades sem barreiras arquitetônicas”, enquanto no mundo de Tomás o portador de deficiência era forçado, inclusive moralmente, a ficar em casa, escondido.

Gostaria de me deter por um momento na quinta condição problemática desta lista: ser “filho natural”. O título de “filho natural” era, na sociedade tradicional, o sinal de uma marginalização devida à “desordem” da qual provinha o filho. Nascer “fora do casamento” era percebido como uma ameaça à ordem social e à honra dos indivíduos. A gestão dos conflitos era garantida pela “exclusão” do filho natural. Visto que o sexo era pensado como

“meio para a geração no casamento”, qualquer exercício do sexo fora do casamento era, de fato, excomungado primeiro socialmente e depois também pela via eclesial. Cada tradição cristã teve suas formas de excomunhão. Tanto os decretos dos bispos ou dos párocos, quanto os bancos da igreja marcados com as palavras “meretrizes” sinalizavam a “desordem”, que era imediatamente relevante para a ordem pública.

O sexo torna-se sexualidade: uma mudança de paradigma

Esse “sistema” resistiu até as grandes convulsões do início de 1800. Quando nasceu não apenas o “estado liberal”, mas também a “sexualidade”, que poderíamos definir uma nova percepção do sexo, não apenas em termos funcionais. A sexualidade é uma visão, uma experiência e um uso do sexo como parte da identidade do sujeito e como expressão de sua humanidade e de suas relações. Essa mudança modifica profundamente o “sistema” com o qual pensamos a vida do ser humano no mundo e diante de Deus.

A Igreja Católica viveu essa mudança “sistemática” como um trauma, como o começo do fim, como o colapso de toda ordem de valores e como uma perda de poder. Mas também reagiu “modificando o sistema”. Um dos pontos sistemáticos mais interessantes é a modificação do “sistema dos bens” do casamento. Havia sido inventado, em outro mundo, por aquele gênio chamado Santo Agostinho, que com uma síntese admirável sancionou que havia três bens no casamento: os filhos, a fidelidade e o sacramento (entendido como indissolubilidade). Essa síntese norteou o pensamento por quase um milênio e meio e ainda hoje é bastante útil. Mas não é mais suficiente. Porque no casamento, há 60 anos, oficialmente, existe também o “bonum coniugum”, isto é, o “bem dos cônjuges” que é uma nova categoria sistemática, que muda radicalmente o sistema de Agostinho. O assunto adquirir um novo significado e por isso também “gerar filhos” pode ser “responsável”, isto é, subordinado a condições diversas e significativas.

Um “ato desordenado” e o sistema dos vícios

Essas considerações sistemáticas - que espero sejam úteis - também podem ter uma grande influência na maneira como a Igreja fala dos comportamentos homossexuais e das identidades homossexuais. Se utilizarmos o conceito de “ato desordenado” - categoria que diz respeito a todas as formas de “uso do sexo” fora do casamento e/ou não orientado para a geração - projetamos sobre os sujeitos envolvidos a luz de um farol que os ilumina apenas em um mundo que não existe mais. Porque lê sua sexualidade apenas como “o instrumento para a geração”. Aqui está o ponto sistemático inadequado e irremediavelmente distorcido. Mas atenção, a distorção não está na tematização da geração, que continua digna de consideração, mas em assumi-la como o único perfil decisivo para avaliar um comportamento, para se relacionar com as pessoas e para tomar uma decisão.

Os escandalosos direitos dos filhos naturais

Gostaria de acrescentar outro pequeno exemplo que sempre considerei altamente instrutivo. O episódio

remonta há alguns anos atrás, durante o “Governo Letta”, quando o então Primeiro-Ministro - lembro bem - deu a notícia numa conferência de imprensa de que também a Itália havia se adaptado finalmente aos novos padrões europeus e finalmente havia equiparado totalmente a posição jurídica do “filho natural” com aquela do “filho legítimo”. A “desordem” em que havia nascido o filho já não pesava mais em sua posição jurídica no ordenamento do Estado. Lembro que eu estava em Roma conversando com um canonista sobre essa notícia. E percebi que havia certa resistência nele.

No final, ele explicou seu incômodo com uma frase que me impressionou muito: “Com essa lei, agora as pessoas não vão mais se casar nem mesmo para regularizar os filhos”. Achei a reação esclarecedora: o “sistema” ainda era pensado como aquele de um mundo em que as leis têm essencialmente uma função “pedagógica”, ou seja, devem estabelecer deveres antes de reconhecer direitos. Mesmo ao custo de manter uma discriminação, desde que se salve o princípio. Creio que esta é a perspectiva sistemática que também influencia fortemente a decisão da Congregação: a ideia é que se deve evitar a bênção de casais homossexuais para obstaculizar toda pedagogia que incentive a desordem. Olha-se para o ordenamento,

não para os indivíduos. Isso é tipicamente pré-moderno. Responde a um paradigma que não é mais o nosso.

Dois diversos problemas sistemáticos

Em suma, como tentei ilustrar através de uma pequena reflexão e alguns exemplos, as graves perplexidades diante do “responsum” dependem de dois problemas sistemáticos que influenciam fortemente a solução adotada:

a) uma sistemática teológica desatualizada não consegue sair de uma leitura do sexo que o reduz a “função de geração”. Há 200 anos, pelo menos na Europa, isso não acontece mais: a experiência de homens e mulheres é diferente e as formas de vida seguem outras lógicas. Às quais não devem ser simplesmente acatadas, mas que devem ser consideradas no sistema em uma forma não acessória. O embaraço do responsum aparece com bastante clareza quando tenta “acrescentar” o respeito pelas pessoas, sem modificar um “sistema” que não pode absolutamente considerá-las. O efeito grotesco, ao mesmo tempo trágico e cômico, resulta precisamente desse

“choque entre sistemas”. Ou se trabalha no sistema ou se criam confusões cada vez maiores.

b) uma sistemática jurídica, parada numa leitura oitocentista da codificação e da lei universal e abstrata, aliada a uma visão “apenas pedagógica” da lei. Se for verdade que o mundo moderno só pode falar de direitos e não reconhece a função decisiva dos deveres, é igualmente verdade que uma Igreja que não consegue conceber o “direito do sujeito” de ser reconhecida pelo que é, e para o bem que pode viver e testemunhar, constitui um problema igualmente grave. Reconhecer o bem que existe - e também poder abençoá-lo - ao invés de focar apenas no bem máximo a ser imposto a todo custo, não é “relativismo”, mas princípio da realidade e primado do real sobre o ideal.

O sistema como acesso à realidade

Um último ponto deve ser esclarecido e é fundamental. Muitas vezes acontece de ouvir objeções dirigidas aos teólogos, acusados de “complicar as coisas simples”. Desse ponto de vista, são justamente os “sistemáticos”

que estão na fila da frente nas acusações. Sem querer defender em abstrato toda uma categoria, que eventualmente tem seus defeitos, procuro apenas mostrar que uma sistemática adequada não é algo que se “acrescenta” à realidade, mas um elemento decisivo que a torna plenamente visível e perceptível. O que no responsum mais chama atenção é precisamente o fato de que, devido a uma sistemática teológica e a uma sistemática ju-

rídica velha de mais de um século, o texto da Congregação erra o objeto da discussão. Ou seja, não consegue se apropriar da questão e a resolve referindo-se a conceitos e normas que a desfiguram. Aqui há trabalho para teólogos que queiram servir a Igreja, e ajudá-la a reconhecer os caminhos fechados e a traçar novos percursos para sair da mata, numa passagem muito complexa, mas por isso mesmo, totalmente maravilhosa.

Parte III
Um novo “caso Galileu”?
O nascimento da sexualidade e a doutrina católica

Andrea Grillo

Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua,
e professor do Pontifício Ateneu Sant’Anselmo – Itália

“A pretensão de uma ‘doutrina de sempre’ em matéria matrimonial e sexual é uma reconstrução abstrata, que esquece a história. No momento em que o sexo se transforma em sexualidade, perde, em grande medida, a sua natureza de mera “função para o outro” e assume uma relevância direta para o sujeito, a doutrina deve encontrar novos recursos de argumentação e de orientação”.

A opinião é de **Andrea Grillo**, teólogo leigo italiano e professor do **Pontifício Ateneu Santo Anselmo**, em artigo publicado³ em **Come Se Non**, 17-03-2021. A tradução é de **Moisés Sbardelotto**.

³ Artigo publicado no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 18 de março de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3q4jcOL>

Eis o texto.

“A sociedade moderna se distingue das formações sociais anteriores por um duplo incremento: uma maior possibilidade de relações impessoais e relações pessoais mais intensas.”

(Niklas Luhmann, “Amor como paixão”)

Em uma entrevista de 2015, Matthew Fox, com olhar aguçado, disse que “a questão da sexualidade é o caso Galileu do nosso tempo”. Creio que essa frase sabe nos dar o pano de fundo certo para entender a dimensão do “responsum” com que o órgão doutrinal da Igreja Católica tentou negar à Igreja o poder de abençoar os “casais homossexuais”.

Não devemos nos deixar distrair pelo tema “escabroso”: o problema não diz respeito principalmente à “homo-sexualidade”, mas sim à “sexualidade” como tal, como cifra do mundo tardo-moderno, que a Igreja Católica, pelo menos em algumas das suas instituições, custa a conhecer e a reconhecer.

Gostaria de tentar dizer, em palavras simples, como é grande o desafio que se esconde por trás da pequena página de argumentação do “responsum”.

Um “sinal dos tempos” difícil de decifrar

Estamos diante de um conflito de interpretações e de uma reformulação do saber tradicional que tem muitos aspectos de absoluta importância. Por isso, parece-me que o tema da homossexualidade implica um “escopo” muito mais amplo do que podemos, em média, reconhecer. Tento resumi-lo em poucas questões que se implicam em cascata.

A questão sistemática que me parece decisiva é a seguinte: é possível ou mesmo necessário considerar a homossexualidade sob a categoria das “ofensas à castidade”? Mas, bem antes disso, por trás da questão da homossexualidade, está uma questão maior, ou seja, a questão geral da sexualidade.

Em outras palavras, o verdadeiro problema não é a variante “homo” da sexualidade, mas sim a sexualidade tout-court. A homossexualidade pode parecer “desordenada” porque a heterossexualidade é pensada como “ordenada” apenas quando referida à geração. Mas esta é uma visão totalmente aceitável?

Obviamente, não afirmo que isso não tenha fundamento, mas me pergunto se isso é realmente tão exclusivo. Para ir ainda mais longe, pergunto-me: o fato de o

exercício da sexualidade não ser “pecado” apenas dentro do matrimônio é realmente a resposta evangélica à descoberta da sexualidade, diferente do simples “sexo”? Não há, em tudo isso, uma indevida sobreposição entre natureza, cultura e evangelho?

Tento elaborar essas diversas questões de forma inicial, como simples impulsos à reflexão, tentando mostrar a exigência de uma acurada elaboração de novas categorias, sem as quais a doutrina católica corre o risco de ser apenas uma “defesa” de princípios sacrossantos, mas com instrumentos teóricos e operacionais não mais adequados.

Para defender a tradição, de fato, os “talentos” não podem ser “enterrados no chão”, mas devem ser empregados com coragem e com paciência, no diálogo cultural de hoje, não mais apenas na cultura de Agostinho, de São Tomás de Aquino, de Lutero ou o cardeal Gasparri.

Uma compreensão “funcional” da sexualidade

Se, por muitos séculos, a Igreja Católica definiu o “contrato de matrimônio” como um exercício do “ius in corpus”, ou seja, o direito exclusivo, em relação a cada

um dos cônjuges, sobre o sexo do outro para fins de geração, é evidente que ela não se encontrou equipada, conceitualmente, para enfrentar a “transformação da intimidade” e o “nascimento da sexualidade” em uma sociedade aberta.

Quando o sexo se torna sexualidade, isto é, quando, de instrumento, ele começa a participar também da lógica do fim, não só o pecado está em jogo, mas também se torna central nele a definição (autodefinição e heterodefinição) do sujeito.

Assim, a representação de uma sexualidade legitimamente exercida apenas no marco da relação matrimonial é uma forma exasperada de substituir do “cumprimento” pela realidade complexa da existência. Na existência humana, faz-se experiência da sexualidade não apenas no matrimônio: este é um dado que emerge “in natura” e na sociedade aberta, que não censura previamente os comportamentos.

Desse modo, inevitavelmente, tudo o que cai “fora” do matrimônio (antes ou ao lado, para os noivos ou para os celibatários-solteiros) é irremediavelmente compreendido apenas com a categoria do pecado e, portanto, é mal compreendido.

Sem querer redimensionar a seriedade dos discursos sobre a continência e sobre a castidade – que continuam qualificando a vida propriamente humana – é óbvio que eles pressupõem um horizonte de experiência comum – no nível pessoal e social – que muito mudou nos últimos dois séculos. Mas aqui, evidentemente, nas reações, o risco de um maximalismo moral se desposa continuamente com uma organização sistemática das coisas abstrata demais. Um reequilíbrio entre os “bens” do matrimônio implica necessariamente outra repartição entre bem e mal, mais matizada e menos drástica. Que impõe uma redefinição da sexualidade em ordem não só à geração, mas também à relação e ao “bonum coniugum” e até ao “bonum sui”, em um matrimônio pensado não mais principalmente como “ato”, mas como “percurso” e como “processo”.

O fato de a sexualidade estar, no processo, só no fim é uma conjectura abstrata, que não repousa na experiência real. Se pensarmos bem, isso sempre foi verdade apenas para algumas mulheres, mas quase nunca para os homens. A nostalgia pelo “mundo ordenado” de antigamente é também a nostalgia por um contexto em que todos os rapazes, como “militares”, descobriam o sexo rigorosamente “fora do matrimônio” e muitas vezes, in-

felizmente, nas “casas de prazer”. O que não assegurava uma grande partida como iniciação à vida sexual e matrimonial.

O espaço teórico do sexto mandamento e a sua extensão pós-tridentina

Se permanecermos na percepção “pecaminosa” da questão sexual, porém, devemos reconhecer que o “sistema dos pecados” nem sempre foi o mesmo. A estrutura “clássica” de meditação e elaboração cristã sobre o pecado não foi construída sobre o “decálogo”, mas sobre os “sete pecados capitais”.

Essa organização tinha um ordenamento dos pecados como o de Dante: soberba, inveja, ira, avareza, preguiça, gula, luxúria. O último nível era o menos severo. Com o Concílio de Trento, o esquema eclesial enraizou no decálogo a estrutura dos pecados. Mas o “de sexto” estende-se aos “atos impuros” e assume um relevo que fará do pecado sexual, na era burguesa, o pecado “por antonomásia”.

Essa desproporção faz parte da nossa herança. Por isso, a percepção da dimensão “de pecado” da homosse-

xualidade interfere emocional e afetivamente na questão, distorcendo o olhar e a razão. Pode parecer surpreendente, mas, no inferno de Dante, o vício da “sodomia” está próximo da usura e da blasfêmia. É pecado da sociedade antes que da intimidade. A história, mesmo a mais distante de nós, também pode nos dizer algo de útil para “recontextualizar” o fenômeno e não entendê-lo mal.

Natureza, cultura e fé: uma relação mais complexa do que o esperado

Se a referência à “natureza” certamente pode ser de destaque, é necessário atentar acuradamente para as mil formas de “inculturação do natural” que inevitavelmente acompanham o discurso sobre o homem e sobre a mulher. Que são animais “nunca apenas naturais”.

A palavra e a mão mudam a natureza e a transformam. Sempre. Por isso, os argumentos que se fundamentam em um “dado natural” devem se acautelar para não projetar sobre a natureza a ordem social, o medo afetivo ou a desconfiança do caráter.

Não há dúvida de que a grande distinção entre “segundo natura” e “contro natura” pode funcionar bastante

bem no mundo antigo, medieval e no início da modernidade. Em particular, um “abuso” da referência “contro natura” ocorreu precisamente em consideração à aceleração científica e tecnológica dos séculos XIX e XX. Assim, um padre de bicicleta, uma mulher que pratica esportes ou um paciente cardíaco cujo coração foi transplantado foram, nos 60 anos antes do Vaticano II, casos clássicos de “escândalos contro natura”.

Portanto, a partir da modernidade tardia, é preciso vigiar com cuidado sobre um uso da referência à “natureza” que pressupõe grandes mediações culturais, às quais devem ser cuidadosamente dedicadas considerações e distinções preciosíssimas. É evidente que a natureza impede que uma relação homossexual tenha diversas experiências, que podemos considerar decisivas. Mas definir uma relação “contro natura” apenas a partir de algumas diferenças fisiológicas e biológicas corre o risco de exasperar apenas alguns aspectos dela e de perder a consideração do fato em si.

Eu diria, portanto, que neste caso a distinção, embora necessária, entre pecado e pecador não é suficiente. É a compreensão do pecado e da sua relação com o bem que exige um suplemento de intelecto e de coração.

O relevo do “pecado” e a irrelevância da “forma de vida”

Não há dúvida de que a “libertação da questão do pecado” é um ponto que deve ser considerado. Aceitar a homossexualidade “sem problemas” não é uma solução. Se a orientação homoafetiva não considera a ausência de geração como um problema seu, ela não elabora corretamente a sua própria experiência.

Mas a centralidade da relação com o pecado do ser humano e com a sua superação em Deus não pode ser o horizonte primeiro para a compreensão da homossexualidade. Ou, melhor, não deveria sê-lo da sexualidade, porque não o é de todo o restante da experiência. E isso precisamente porque, se o pecado é original, mais original é a graça.

Aqui ainda fazemos a experiência, difícil e dura, de um “primado do pecado” na autoconsciência cristã e católica, que muitas vezes se torna “culpabilização de toda a diversidade”. Se tentarmos aduzir “argumentos naturais” – como a objetiva “não diferença” entre dois homens ou entre duas mulheres, que exclui uma “compenetração” – devemos também reconhecer que a sua gestão cultural influencia definitivamente na própria percepção natural.

E a própria fecundidade que a natureza exclui, a cultura não exclui.

Sobre isso, creio eu, uma reflexão que não se polarize imediatamente sobre as “patologias pessoais ou sociais”, mas considere o bem real que os sujeitos podem viver para si mesmos e para o próximo impõe uma revisão das categorias de fundo. Caso contrário, repetimos evidências que não correspondem à realidade. Assim como acontece com o início e o fim da vida, a natureza e a cultura não se deixam distinguir como evidências imediatas. Isso também vale para a sexualidade.

A sombra longa do Decreto *Tametsi*

Há, depois, um aspecto decisivo da passagem do sexo à sexualidade que coloca a Igreja diante de uma “questão copernicana” decisiva. Ou seja, a reconsideração da “competência” eclesial sobre a “matéria matrimonial e sexual”. Para entender o “tom” do responsum e também a sua ingenuidade, devemos voltar a 1563 e à invenção da “forma canônica” do matrimônio. Ou seja, a uma grande virada em toda a cultura ocidental, que

transferiu para a Igreja Católica, para as dioceses e para as paróquias o “catálogo dos matrimônios”.

Pense-se que é a partir daí que nasce a possibilidade de definir árvores genealógicas ou de usar os sobrenomes, que são justamente o fruto das decisões tridentinas. A Igreja assumiu naquele momento a competência sobre o matrimônio, isto é, sobre o contrato assim como sobre a bênção. Nos 1.563 anos anteriores, nunca havia sido assim. As pessoas se casavam não importa onde, e na Igreja havia o espaço para a bênção das núpcias.

É claro que hoje nos constrangemos com a bênção que os casais do mesmo sexo também pedem: acostumamo-nos a pensar em uma “competência integral” e costumamos a recuperar competências parciais. Mas esse foi um trauma do qual já nos demos conta há 140 anos, a partir da *Arcanum Divinae Sapientiae*, de Leão XIII, em 1880, com a “pretensão” de uma competência exclusiva da Igreja Católica sobre o matrimônio, a ser oposta às pretensões consideradas absurdas do Estado liberal: este era o grito de uma Igreja cercada e pressionada.

Mas temos uma tradição mais longa do que 1563. Temos até uma tradição que fez da “laicidade do matrimônio” o seu “bolim”. Por acaso esquecemos que São

Tomás dizia que a “geração” ocorre de muitas maneiras: somos gerados pela natureza, pela cidade e pela Igreja?

Com efeito, o modelo tridentino de competência eclesial sobre o matrimônio entrou em crise no século XIX e, com a *Familiaris consortio*, encontrou um ponto de não retorno. No momento em que se diz que os “divorciados recasados” não perdem a comunhão eclesial, o modelo oitocentista não funciona mais. A *Amoris laetitia* saiu dele definitivamente, embora o *responsum* do dia 15 de março finja que pode ficar dentro dele, mas às custas de interromper a relação com a realidade, observando-a por um olho mágico muito estreito e obscuro.

Novas descobertas e a sociedade aberta

A pretensão de uma “doutrina de sempre” em matéria matrimonial e sexual é uma reconstrução abstrata, que esquece a história. No momento em que o sexo se transforma em sexualidade, perde, em grande medida, a sua natureza de mera “função para o outro” e assume uma relevância direta para o sujeito, a doutrina deve encontrar novos recursos de argumentação e de orientação.

Para fazer isso, ela deve ouvir o Evangelho e a experiência dos homens e mulheres. Muitas vezes, esquecemos que a questão sexual e a questão de gênero estão intimamente ligadas, não apenas terminologicamente. O exercício da sexualidade muda no momento em que se descobre, científica, cultural e socialmente, que a mulher não é “a parte passiva na geração” e, portanto, é ativa no gerar, no exercício da sexualidade e no papel social.

Quando há apenas uma cabeça no matrimônio, ou seja, o marido, ou há duas, as coisas já não são mais as mesmas. Estes são fatos irreversíveis que mudam a doutrina eclesial do matrimônio, goste-se ou não. E a Igreja, quanto antes se der conta disso, antes responderá adequadamente às “perguntas” que recebe, ou que talvez faça por conta própria a si mesma.

A redução tridentina como instinto autorreferencial

Assim como no “caso Galileu”, a questão sexual (e homossexual) suscita reações viscerais. Como a Igreja pode dizer que o “bem de Deus” é para todos os homens e mulheres, até mesmo para os não batizados? Se o anúncio diz respeito a sujeitos individuais ou a relações com as

coisas, não há problema: você pode abençoar o veleiro Luna Rossa ou um tanque, uma boiada inteira ou uma associação de pesquisa sobre os flamingos. Mas, se tiver relação com o exercício da sexualidade, primeiro você pede o atestado de boa conduta, a conformidade com a natureza, a ausência de segundas intenções, e depois, eventualmente, você se põe em jogo.

Essa atitude é o fruto de uma história cheia de paixões, de julgamentos e de preconceitos. Mas a tradição eclesial é mais antiga do que o decreto Tametsi. E tem os recursos para responder “afirmativamente”, até mesmo no nível estritamente canônico. Contanto que, em Roma, ou na Alemanha ou nos EUA, autoridades ou teólogos decidam não vestir a sua peruca e não proclamem, como verdade de sempre, o concentrado de representações antimodernas com o qual a Igreja Católica tentou resistir, como podia, à geada do século XIX.

Temos a cultura e a força para estar à altura da realidade. Se nos trancarmos nas Salas do Santo Ofício, se dermos a palavra apenas a quem está disposto a vestir a peruca e a se camuflar de um homem de 200 anos atrás para ainda sermos católicos, nos tornaremos dignos de não sermos levados a sério.

A questão da bênção dos casais homossexuais é muito mais séria do que parece no texto do “responsum”: tentemos dar à oficialidade eclesial um perfil mais nobre e menos provinciano. Senão, um novo “caso Galileu” se tornará ingovernável e acabará nos obrigando a nos envergonharmos e a pedirmos perdão daqui a 50, 100 ou 300 anos.

Leia mais

- [“Não há respostas fáceis para perguntas como essas”, afirma presidente dos bispos sobre bênção a casais homossexuais](#)
- [Nota sobre declarações da Congregação para a Doutrina da Fé](#)
- [Doutrina da Fé volta a fechar a porta a qualquer bênção para casais homossexuais](#)
- [“É um momento bastante triste”: a resposta do coletivo LGBTI ao bloqueio do Vaticano](#)
- [Vaticano diz que padres não podem abençoar casais homossexuais: por que o Papa Francisco aprovou esse decreto?](#)
- [Uma bênção católica para os casais homossexuais. Seis teses teológicas e pastorais](#)
- [Os bispos alemães propõem uma bênção para casais homossexuais e recasados Editorial do Catholic News Agency](#)
- [Abençoar as uniões homossexuais?](#)
- [Cardeal alemão aprova cerimônias de “bênção” a casais homossexuais](#)
- [Francisco e as uniões homossexuais](#)
- [Dois bispos católicos alemães pedem na Igreja uma mudança de perspectiva sobre as pessoas homossexuais](#)
- [O debate em curso na Igreja Católica e Evangélica alemã sobre a bênção aos casais homossexuais](#)
- [O que é um problema sistemático? Casais homossexuais e pedagogia da lei. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Bênção e poder: uma confusão ilícita. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Presidente dos bispos católicos alemães “não está feliz” com a proibição do Vaticano às bênções às uniões homossexuais](#)
- [Os bispos alemães continuarão com a bênção a casais homossexuais em sua agenda, mesmo com o “não” do Vaticano](#)
- [Documento vaticano contra as uniões gays não freará a renovação](#)
- [“Um pecado? Sem comentários. Deus os criou, os ama e deseja que sejam felizes”. Entrevista com James Martin, s.j.](#)
- [“Esta Igreja me assusta. De Jesus nunca uma palavra contra a homossexualidade”. Entrevista com Alberto Maggi](#)
- [“Nós gays rezamos ao mesmo Deus. Ao Papa, digo que somos todos iguais”](#)
- [Papa Francisco é o anjo da guarda da ambivalência dos fiéis](#)
- [“Quebrou-se o tabu para falar da bênção a casais homossexuais”, afirma nova secretária geral da Conferência Episcopal Alemã](#)
- [O chileno salvo por Bergoglio - “Ele foi o primeiro a acolher os homossexuais como filhos de Deus”](#)

- [Papa Francisco: “Sou a favor das uniões civis, as pessoas homossexuais têm direito a uma família”](#)
- [Especialistas advertem das consequências para os trabalhadores católicos LGBTQs após decisão da Suprema Corte](#)
- [Cardeal alemão apoia bênção a relacionamentos LGBTQs](#)
- [Papa Francisco sobre as pessoas LGBT: “Se estivéssemos convencidos de que eles são filhos de Deus, as coisas mudariam muito”](#)
- [Construir uma ponte entre a Igreja e as pessoas LGBT. Entrevista com James Martin](#)
- [As armadilhas de uma teologia de gênero na Igreja](#)
- [“Quem sou eu para julgar os gays”. Conversa do Papa com os jornalistas](#)



Andrea Grillo. Filósofo e teólogo italiano, leigo, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália.

Entrevistas com Andrea Grillo publicadas no IHU

- [Amoris laetitia e a superação de contraposições estéreis. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [Misericórdia como princípio da diversidade reconciliada. O Jubileu e o grande ato de misericórdia que foi o Vaticano II. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [Sínodo. Uma porta que se abre para o novo. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [Sínodo sobre a Família: entre a tradição e a modernidade. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [O filho do Concílio e a luta contra o clericalismo. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [O Concílio Vaticano II foi um evento linguístico. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)
- [Por uma “Ecclesia” verdadeiramente “Universa”. Entrevista especial com Andrea Grillo](#)

Artigos de Andrea Grillo publicados no IHU

- [Ecumenismo: é possível compartilhar a ceia do Senhor? Artigo de Andrea Grillo](#)
- [As graves afirmações do cardeal Müller contra o Papa Francisco. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Vocação eclesial e procedimento magisterial. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Ordo et sexus: impedimentos ou oportunidades? Artigo de Andrea Grillo](#)

- [Sobre a expressão “missa ecumênica”: conjecturas e refutações. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [A sineta na consagração e a transubstanciação. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [O paradoxo das partículas redondas: transubstanciação e inteligência “per ritus et preces”. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Vaticano II com direito de resposta. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [O Concílio com direito de palavra: a carta de Francisco não responde apenas ao cardeal Sarah. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Autocrítica do Magistério e reforma da Igreja. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Sarah e a tradução litúrgica: princípio grande, prefeito pequeno. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Nostalgia de Pio IX: quis corriget correctionem? Artigo de Andrea Grillo](#)
- [A Summa familiae do Papa Francisco: uma “salutar autocrítica”. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [O espaço aberto por Magnum Principium e os ‘espartilhos’ da liturgia. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Motu proprio “Magnum principium”, o desbloqueio das traduções e a retomada do Vaticano II. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Summus Pontifex além da Summorum pontificum: as razões de uma reviravolta. Artigo de Andrea Grillo](#)
- [Papa Francisco e a “excentricidade americana” em Roma. Artigo de Andrea Grillo](#)

Publicações de Andrea Grillo no IHU

- [O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia. Artigo de Andrea Grillo. Cadernos Teologia Pública N°. 111](#)
- [Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio. Artigo de Andrea Grillo. Cadernos Teologia Pública N°. 56](#)

-

Eventos com Andrea Grillo no IHU

- [A Igreja e a união de pessoas do mesmo sexo. O Responsum e a possibilidade de novas abordagens](#)
- [A crise do cristianismo e o futuro da fé cristã. Desafios e possibilidades para a teologia hoje](#)
- [Ministérios, liturgia, eucaristia. Chances para além do clericalismo](#)
- [O Pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses](#)
- [A liturgia 50 anos após o Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas](#)

Cadernos Teologia Pública

N. 1 Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ

N. 2 Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer

N. 3 A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher

N. 4 No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM

N. 5 Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes

N. 6 Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta

N. 7 Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ

N. 8 Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho

N. 9 Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner

N. 10 O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ

N. 11 A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ

N. 12 Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ

N. 13 Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

N. 14 Teologia e Bioética – Santiago Roldán García

N. 15 Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor

N. 16 Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ

N. 17 Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 18 Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

- N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan
- N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess
- N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro
- N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi
- N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi
- N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 A origem da vida – Hans Küng
- N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani
- N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin
- N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels
- N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 “Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Girauda, SJ
- N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards
- N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora
- N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat
- N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo
- N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislando Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

- N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne
- N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares
- N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin
- N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina
- N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna
- N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Elcio Verçosa Filho
- N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado
- N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaisa Marques Botelho Lobo
- N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan
- N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin
- N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko
- N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O’Malley
- N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko
- N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo
- N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O’Malley
- N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli
- N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma

forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais - Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 *Laudato Si’* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “*Familiaris Consortio*” de Wojtyła e “*Amoris Laetitia*” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

- N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli
- N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess
- N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo
- N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh
- N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo
- N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida
- N. 142 Para além do limiar do Templo: apon-tamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira
- N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credas* – Orlando Polidoro Junior
- N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: con-siderações em vista de uma Pastoral Pública - Luis Carlos Dalla Rosa
- N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações - Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 146 Juventudes e vivência ecumênica - Ro-semary Fernandes da Costa
- N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I - O fim de um mundo? - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II - As dores do parto - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III - Vinho novo, odres novos - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 150 O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou? - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

N.151 Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão - Rogério L. Zanini

N 152 Fratelli Tutti: um guia de leitura - Gilmar Zampieri

N. 153 A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

